

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Timbó – SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP, uma vez que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 02 de março de 2012.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme Nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme Nota 2.2 (h).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que

afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

2.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas desde a preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 01 de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA – Metalúrgica Timboense S/A e de sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme nota 11.

As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis de controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras da controlada foram reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

(b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do

fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

(iii) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

(e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Ativos biológicos

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto e pinus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração

do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

(h) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

A Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas abaixo:

Descrição	Novo BRGAAP		Antigo BRGAAP	
	Média de vida útil remanescentes em anos	Taxa média em %	Média de vida útil	Taxa fiscal
Construções	41	2,42	25	4
Máquinas e Equipamentos	6	16,44	5	20
Veículos	7	13,64	5	20
Ferramentais	3	33,33	10	10
Instalações	32	3,13	10	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(m) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

(p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

(q) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de ferramentas fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

2.3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

(ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Remuneração das aplicações</u>	Controladora		Consolidado	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e Bancos		580.409	1.010.870	601.369	1.020.226
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	94.512.738	83.308.628	94.740.708	83.502.777
		95.093.147	84.319.498	95.342.077	84.523.003

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Petrobras S/A (Petr4)	2.217.080	2.951.905
Vale S/A (Vale5)	5.900.546	6.923.736
Venda de opções - Vale	(5.584)	(197.760)
OGX (OGXP3)	817.200	-
BMFBovespa (BVMF3)	107.800	682.760
	9.037.042	10.360.641

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Mercado interno	19.738.099	16.865.205	19.741.087	16.872.293
Mercado externo	19.652.585	19.226.889	19.652.585	19.226.889
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(655.091)	(746.206)	(655.091)	(746.206)
	38.735.593	35.345.888	38.738.581	35.352.976

A exposição da companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 24.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída até o limite estabelecido pela Administração, considerado o risco de perdas com as contas a receber.

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Produtos acabados	12.013.959	11.441.442
Produtos em processo	10.444.469	5.829.801
Matérias-primas	17.205.434	11.381.146
Materiais secundários	5.225.013	4.855.249
Materiais de manutenção	1.739.673	1.591.707
Importação em andamento	387.069	7.244
Adiantamento a fornecedores	829.213	635.155
	47.844.830	35.741.744

7 Impostos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
ICMS (i)	4.626.134	1.060.668
IRPJ (ii)	1.263.618	-
CSLL (ii)	2.245.419	1.007.464
PIS/COFINS	297.558	-
IPI	8.811	8.811
	8.441.540	2.076.943

- (i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.
- (ii) Refere-se à antecipação de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculada durante o exercício de 2011 com base na estimativa mensal. Esses valores poderão ser compensados durante o exercício de 2012.

8 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento de férias	1.024.302	708.240	1.024.302	708.240
Adiantamento a fornecedores	775.991	791.636	775.991	791.636
Cessões de créditos de ICMS (i)	1.408.877	3.187.078	1.408.877	3.187.078
Outros valores	255.452	308.411	259.591	298.098
	3.464.622	4.995.365	3.468.761	4.985.052

- (i) Referem-se a créditos de ICMS negociados com terceiros.

9 Outros créditos de longo prazo

	Controladora e Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos judiciais (i)	833.639	838.560
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	96.895	96.895
	1.190.547	1.195.468

- (i) Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídos:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Cíveis	47.972	47.972
Tributários	764.577	764.578
Trabalhistas	21.090	26.010
	833.639	838.560

10 Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IR e CSL correntes	(7.378.951)	(8.329.689)	(7.405.758)	(8.339.152)
IR e CSL diferidos	1.203.431	439.531	1.203.431	439.531

Impostos correntes

	Controladora e Consolidado			
	2011		2010	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro contábil antes dos impostos	17.224.648	17.224.648	21.137.879	21.137.879
Ajustes decorrentes de:				
- Regime tributário de transição	1.782.911	1.782.911	1.401.565	1.401.565
- Adições permanentes	584.104	2.688.322	1.708.447	4.131.727
- Adições transitórias	2.218.981	4.718.208	2.300.056	2.443.735
- Exclusões	(2.527.589)	(2.527.589)	(2.698.733)	(2.872.036)
(=) Base de cálculo/Lucro real	19.283.055	23.886.500	23.849.214	26.242.870
(X) Alíquota	9%	15% +10%	9%	15% +10%
(=) Valores devidos	1.735.475	5.947.625	2.146.429	6.536.717
(-) Deduções	-	(304.149)	-	(353.457)
IRPJ e CSL correntes	1.735.475	5.643.476	2.146.429	6.183.260
A controlada METISA Florestal e Energética S/A é optante pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados, cujos valores são os seguintes:	11.025	15.782	4.665	4.798

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais bem como base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções de resultados tributáveis são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Sobre adições temporárias	597.241	(170.438)
- Sobre depreciação custo atribuído	1.310.114	1.597.186
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(777.211)	(987.217)
- Sobre diferença no valor residual de ativos não circulantes	73.287	-
	1.203.431	439.531

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas em Eletrobrás	387.580	387.580	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	140.000	140.000	407.000	407.000
- Contingências cíveis	197.972	197.972	47.972	47.972
- Comissão sobre vendas	1.273.889	1.273.889	1.146.850	1.146.850
- Provisão para devedores duvidosos	655.092	655.092	746.206	746.206
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	2.499.227	-	-
Base de cálculo	2.654.533	5.153.760	2.735.608	2.735.608
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	238.908	1.288.440	246.205	683.902

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Impostos diferidos de longo prazo

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (nota 12 b) e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Custo atribuído apurado em 01/01/2009	44.566.448
Alíquota combinada	34%
Total apurado	15.152.593
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(1.547.067)
Saldo em 01/01/2009	13.605.526
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(1.597.186)
Saldo em 31/12/2009	12.008.340
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(1.346.031)
(+) Depreciação nova vida útil	987.217
Saldo em 31/12/2010	11.649.526
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(1.236.776)
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	777.211
(-) Baixa de ativos não circulantes	(73.287)
Saldo em 31/12/2011	11.116.674

11 Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	2011	2010
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.190.090	10.273.023
Total de ativo e passivo	10.213.931	10.303.233
Receitas líquidas de vendas	404.090	310.938
Percentual de participação		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(82.933)	435.884
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(82.933)	435.884

12 Ativo imobilizado

a) Saldos e movimentação do custo e depreciação:

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2011 é demonstrado conforme a seguir:

Controladora					
	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	28.689.534	-	-	-	28.689.534
Móveis e utensílios	4.148.567	117.971	(50.037)	-	4.216.501
Veículos	875.937	512.841	(371.355)	-	1.017.423
Máquinas e equipamentos	89.250.814	493.069	(1.003.121)	4.413.737	93.154.499
Imobilizações em andamento	4.646.796	4.851.983	(197.664)	(4.413.737)	4.887.378
Depreciações acumuladas	(64.914.262)	(7.636.709)	994.479	-	(71.556.492)
	73.007.133	(1.660.845)	(627.698)	-	70.718.590

Consolidado					
	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições /valor justo</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	9.225.125	-	-	-	9.225.125
Edifícios e construções	28.903.719	-	-	-	28.903.719
Móveis e utensílios	4.168.181	117.971	(50.037)	-	4.236.115
Veículos	984.224	512.841	(398.255)	-	1.098.810
Máquinas e equipamentos	89.282.803	493.069	(1.004.161)	4.413.737	93.185.448
Imobilizações em andamento	4.975.068	4.931.591	(197.664)	(4.413.737)	5.295.258
Depreciações acumuladas	(65.594.706)	(7.851.083)	1.022.419	-	(72.423.370)
	83.099.773	(1.795.611)	(627.698)	-	80.676.464

As depreciações do exercício da Controladora totalizaram R\$ 7.636.709 (R\$ 6.915.571 em 2010). Desse total, R\$ 7.266.783 (R\$ 6.756.987 em 2010) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

b) Custo atribuído (Deemed Cost)

Tendo em vista que o ativo imobilizado, especialmente, máquinas e equipamentos, continuam gerando recursos para a Companhia, bem como, de acordo com o preconizado no CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Administração decidiu por aplicar o valor justo, mediante o custo atribuído, que foi avaliado e calculado mediante laudo de avaliação de uma empresa independente, que considerou além da vida útil remanescentes para determinados bens do ativo imobilizado e os valores realizáveis, o custo atribuído para terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos, como segue:

Controladora e Consolidado	
Terrenos	8.270.285
Construções	12.880.382
Máquinas e equipamentos	23.415.781
	44.566.448

Revisão de vida útil

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (h) (ii) a Companhia procedeu uma reavaliação da vida útil remanescente de determinados bens do ativo imobilizado. O impacto com essa reavaliação foi a redução dos custos de depreciação no exercício de 2011 no montante de R\$ 2.285.917 (R\$ 2.903.580, em 2010).

Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão.

13 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Controladora e Consolidado			
Modalidade	Encargos Financeiros	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo imobilizado	TJLP + juros de até 1,30% a.a.	1.538.574	2.407.868
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	381.883	227.741
Capital de giro	Juros de até 4,50% a.a.	57.644.473	57.653.331
Capital de giro	VC + juros de até 3,67% a.a	26.963.351	-
Total dos empréstimos		86.528.281	60.288.940
Circulante		(58.847.125)	(1.322.848)
Não Circulante		27.681.156	58.966.092

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2012	-	31.416.327
2013	27.413.547	27.366.926
2014	183.009	140.239
2015	84.600	42.600
	27.681.156	58.966.092

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais. Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

14 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ICMS	103.579	87.646	103.579	87.646
IPI	304.887	275.382	304.887	275.382
PIS	-	20.634	163	20.768
COFINS	-	99.038	753	99.655
IRRF	710.592	1.214.061	710.764	1.214.222
IRPJ	-	594.443	4.184	595.552
CSL	-	-	4.175	1.211
Outros tributos	7.160	8.362	7.875	8.949
	1.126.218	2.299.566	1.136.380	2.303.385

15 Participações de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 3% fixo e 7% variáveis de acordo com as metas atingidas. O índice de 2011 alcançou 6,00% (6,09% em 2010).

16 Partes Relacionadas

A remuneração da administração, bem como as operações entre a Companhia e a controlada foram realizadas conforme a seguir.

a) Participação dos administradores

A Companhia provê a seus administradores, remuneração fixa e variável.

Os montantes referentes à remuneração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remuneração fixa	4.472.010	3.475.200	4.516.810	3.516.780
Remuneração variável	2.307.880	2.814.511	2.307.880	2.814.511

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

b) Operações com partes relacionadas

Compras de controlada

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	2011	2010
Fornecimento de serviços	563.279	616.312
Fornecimento de produtos e insumos	418.648	318.315

17 Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões para contingências, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Obrigações cíveis	197.972	47.972
Obrigações tributárias (i)	2.450.081	2.450.081
Obrigações trabalhistas (ii)	140.000	407.000
	2.788.053	2.905.053

- (i) Tributárias – referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS e INSS (PIS e INSS, em 2010), para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 764.577 (R\$ 764.577 – 2010).
- (ii) Trabalhistas - consistem em diversas matérias relacionadas a áreas trabalhista. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 21.090 (R\$ 26.010 em 2010).

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões contábeis, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da METISA – Metalúrgica Timboense S/A.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida:

Controladora e Consolidado					
Provisão para contingências:	Saldo em 31/12/2010	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 31/12/2011
- Cíveis	47.972	150.000	-	-	197.972
- Tributárias	2.450.081	-	-	-	2.450.081
- Trabalhistas	407.000	100.000	(112.000)	(255.000)	140.000
	2.905.053	250.000	(112.000)	(255.000)	2.788.053

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2011, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2010), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria em 31 de dezembro de 2011, 4120 ações preferenciais de sua emissão (500 ações em 2010).

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 21 de outubro de 2011, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,715 por ação preferencial e R\$ 0,650 por ação ordinária, para pagamento em 21/12/2011, cujo montante foi assim determinado:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	17.754.059	19.852.315
Reserva legal	(887.703)	(992.616)
Reserva de lucros a realizar	-	(392.461)
Lucro líquido ajustado	16.866.356	18.467.238
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.704.931	6.604.594
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	39,75%	35,76%

c) Reservas de lucros

▪ Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

▪ **Retenção de lucros**

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 10.161.425, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

19 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas variáveis de vendas	18.302.809	16.600.867	18.302.809	16.600.867
Despesas com pessoal	3.638.942	3.495.878	3.638.942	3.495.878
Despesas com propaganda e publicidade	1.006.741	710.806	1.006.741	710.806
Despesas com viagens	200.558	177.036	200.558	177.036
Despesas c/ serviços de terceiros	221.766	161.856	221.766	161.856
Provisão para devedores duvidosos	216.941	614.694	216.941	614.694
Outras despesas	669.575	455.342	669.575	455.342
	24.317.332	22.216.479	24.317.332	22.216.479

20 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Despesas com pessoal	4.067.690	4.834.387	4.077.958	4.834.387
Despesas c/ serviços de terceiros	813.161	1.564.521	818.431	1.564.521
Honorários conselho fiscal	240.140	226.560	240.140	226.560
Gastos c/ materiais gerais	655.839	605.764	666.522	605.764
Multas c/ infrações fiscais	27.549	1.286.943	27.799	1.286.943
Outras despesas	2.155.089	1.402.786	2.213.752	1.473.040
	7.959.468	9.920.961	8.044.602	9.991.215

21 Resultado financeiro

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Juros de mora	515.577	513.617	515.577	513.617
Descontos	83.301	104.317	83.301	104.334
Dividendos	536.859	267.112	536.859	267.112
Variações cambiais de exportação	6.773.207	1.888.783	6.773.207	1.888.783
Receita de títulos e valores mobiliários	660.395	2.054.546	660.395	2.054.546
Receita aplicações financeiras	9.480.160	5.305.379	9.502.270	5.324.163
Outras variações monetárias	458.143	648.206	458.143	648.206
Reversão de perdas com contas a receber	202.075	75.786	202.075	75.786
	18.709.717	10.857.746	18.731.827	10.876.547

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
IOF	14.109	11.795	14.109	11.795
PIS/COFINS	29.963	37.336	29.963	37.336
Juros	2.759.827	3.092.749	2.759.827	3.092.850
Deságio ACE/ACC	43.180	6.091	43.180	6.091
Despesas bancárias	245.180	300.167	245.315	300.183
Descontos/deságios	25.190	135.919	25.201	135.919
Variações cambiais	7.437.728	2.423.655	7.437.728	2.423.655
Perdas com títulos e valores mobiliários	3.159.622	2.198.225	3.159.622	2.198.225
	13.714.799	8.205.937	13.714.945	8.206.054

Resultado financeiro líquido	4.994.918	2.651.809	5.016.882	2.670.493
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

22 Lucro líquido por ação

(a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

23 Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único “segmento operacional”.

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrada na Nota 6.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros , representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2011	2010
Contas a receber	39.393.672	36.092.094
Outras contas a receber	3.468.761	4.985.052
Caixa e equivalentes de caixa	95.342.077	84.523.003
Títulos e valores mobiliários	9.037.042	10.360.641

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	2011	2010
A vencer	33.438.325	27.155.183
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	3.690.674	4.325.586
De 31 a 90 dias	1.285.302	3.431.640
De 91 a 180 dias	448.631	564.153
De 181 a 360 dias	89.915	203.596
Acima de 360 dias	440.825	411.936
	39.393.672	36.092.094

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados serão lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do Aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo.

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;

- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, empréstimos e fornecedores e outras contas a pagar.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras – São definidos como ativos destinados à negociação e mantidos até o vencimento. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

25 Cobertura de seguros

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 26.769.319, com base na característica dos bens.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Snell
Presidente

Edvaldo Angelo
Vice Presidente

Adriana Short Soares dos Santos
Guilherme Figueiredo Maia Luz
Marcelo Massud
Márcia Valéria dos Santos Rosa
Mário Luiz Marques
Ricardo Teixeira Mendes
Wilson Harrison Jacobsen

DIRETORIA EXECUTIVA

Edvaldo Angelo
Diretor Presidente

Amin Omar Massud
Diretor

Wilson Harrison Jacobsen
Diretor de Relações com Investidores

CONTADOR

Marcos Maus
CRC-SC 015.283/O-8
CPF 440.419.009-30

* * *